

a importância da territorialidade como conceito para compreensão dessas dinâmicas híbridas e multidimensionais. De tal forma se faz presente a relação rural-urbano como complexidade. Também faz parte dos textos a demonstração das particularidades e diversidades da Região Amazônica, contribuindo finalmente para a compreensão do fenômeno urbano.

#### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ASCHER, F. *Les nouveaux principes de l'urbanisme*. Paris: Éditions de l'Aube, 2004.

CHOAY, F. *L'urbanisme, utopies et réalités: une anthologie*. Paris: Editions du Seuil, 1965.

## A PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO: AGENTES E PROCESSOS, ESCALAS E DESAFIOS

Ana Fani Alessandri Carlos,  
Marcelo Lopes de Souza  
e Maria Encarnação Beltrão Sposito (Org.)  
São Paulo: Contexto, 2013.

*Dirceu Piccinato Junior*

Arquiteto e urbanista pelo Centro Universitário Moura Lacerda (CUMML); mestre e doutorando em Urbanismo pela Pontifícia Universidade Católica de Campinas (PUC-Campinas), Brasil.  
E-mail: [piccinato.jr@gmail.com](mailto:piccinato.jr@gmail.com)

Organizado pelos Geógrafos Ana Fani Alessandri Carlos, Marcelo Lopes de Souza e Maria Encarnação Beltrão Sposito, o livro *A Produção do espaço urbano: agentes e processos, escalas e desafios* é resultado de reflexões de um conjunto de pesquisadores que vêm se dedicando ao debate sobre o fenômeno urbano brasileiro. Tanto os organizadores da obra como outros geógrafos da Universidade de São Paulo (USP), Universidade Federal da Bahia (UFBA), Universida-

de Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Universidade Estadual Paulista (UNESP - Presidente Prudente) e Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) compõem o Grupo de Estudos Urbanos (GEU), formado durante os encontros da Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Geografia (Anpege). Os pesquisadores deste grupo buscam na Geografia o debate e a compreensão da realidade brasileira, a partir de questões do urbanismo contemporâneo.

É uma obra que procura construir um exercício reflexivo por meio de uma Geografia Urbana, todavia, as discussões articuladas no livro podem ser inseridas e trabalhadas no campo da História Urbana, da Gestão Urbana, da Requalificação Urbana, da Sociologia Urbana, ou seja, nos mais diversos campos que têm como recorte de estudo o espaço urbano. Hoje esse espaço é flexível, permeável e carece de análises e discussões consideráveis sobre sua dimensão, espacialidade e relações.

O que torna o livro apreciável é que ele prima pelo rigor teórico-metodológico, fazendo com que sua leitura seja lenta, cuidadosa e ruminativa. O pensar e o refletir devem ser “digeridos em camadas”. A notoriedade desta obra só foi possível em razão dos *workshops* promovidos pelo GEU; nesses encontros, os pesquisadores debatiam os textos de cada autor, propiciando um longo processo de amadurecimento coletivo a partir de distintos pontos de vista. Atualmente, o meio acadêmico vem sofrendo com a intolerância à “lentidão” da produção do conhecimento. O que se observa é um “*fast food* acadêmico” estimulado a partir dos números estabelecidos pelas agências de fomento à pesquisa e que devem ser alcançados pelos pesquisadores. São sinais da superficialidade de nossa sociedade de consumo, em que o tempo lento do devir filosófico vem sendo gradativamente substituído por informações relativas e imediatistas. É nessa contracorrente que se destaca a obra, por recusar o pragmatismo acadêmico e demonstrar ao leitor o elevado grau teórico da produção do conhecimento sobre o espaço urbano.

*A Produção do espaço urbano: agentes e processos, escalas e desafios* é composto por onze capítulos, ou olhares, sobre a mesma temática, embora os recortes analíticos sejam diversos, assim como as perspectivas teórico-conceituais abordadas pelos autores são multidisciplinares.

O primeiro “olhar” é de Mauricio de Almeida Abreu, cujo texto se intitula *Sobre a Memória das Cidades*, que foi originalmente publicado na revista *Território* (edição de número 4), em 1998. Mauricio fazia parte do GEU e a presença desse trabalho coaduna em larga medida com as discussões atuais do urbano: entender o que está por trás da valorização do passado nos dias atuais, conceituar o que é memória das cidades e debater o papel da Geografia no resgate dessa memória urbana. O texto articula discussões referentes às memórias individual e coletiva e à História para construir uma memória urbana; segundo o autor, esta última é o elemento essencial da identidade de um lugar, do espaço intersubjetivo. Portanto, para cristalizar a memória de um lugar é necessário trabalhar a recuperação da história do lugar que se concretiza no lugar.

O segundo capítulo, *Sobre agentes sociais, escala e produção do espaço: um texto para discussão*, de autoria de Roberto Lobato Corrêa, sugere duas linhas de investigação sobre a produção do espaço urbano: uma primeira considera o espaço como resultado da ação de agentes sociais; enquanto a segunda refere-se à dimensão espacial na qual a dimensão humana acontece. Mas se deve, em ambas as linhas, considerar as escalas espacial e conceitual. Nesse sentido, é fundamental destacar que essas escalas emergem de uma dimensão variável no espaço e da ação humana. É uma discussão pertinente porque o autor indica dois temas de pesquisa a serem desenvolvidos: o primeiro deve delimitar uma área qualquer da cidade e fundamentar a produção desse espaço por meio da ação de um ou de diversos agentes sociais e suas ações estratégicas e práticas nas espacializações de contradições e conflitos; já o segundo tema propõe analisar as ações estratégicas e práticas de um determinado agente social, mas em uma espacialidade multiescalar.

Da “organização” à “produção” do espaço no movimento do pensamento geográfico é o texto elaborado por Ana Fani Alessandri Carlos, que se propõe a pensar as relações sociais e a dimensão espacial. Para a autora, quando uma sociedade produz-se em um espaço determinado, como condição de sua própria existência, inevitavelmente produz um espaço que lhe é próprio, histórico, marcado por especificidades (signos). Isso significa pensar o espaço como

mercadoria. Hoje, debater a produção do espaço urbano pressupõe inserir-se na lógica da produção capitalista que, inevitavelmente, segundo a autora, transforma toda a produção em mercadoria. Pode-se observar que a noção de produção vincula-se à produção do homem, às suas condições de vida na sociedade, ou seja, à reprodução das relações sociais que acontecem em tempo e lugar determinados e em escalas diversas.

O quarto “olhar” é de Pedro de Almeida Vasconcelos: *A utilização dos agentes sociais nos estudos de geografia urbana: avanço ou recuo?* O texto procura analisar a produção e transformação do espaço urbano valendo-se de determinadas escalas utilizadas na Geografia Urbana, tais como capitalismo, capital, subdivisões do capital imobiliário, financeiro, etc. Entretanto, parte o autor da necessidade de entender essas “noções financeiras” a partir da Sociologia, da História e da Geografia. É pertinente nesse texto examinar as diversas possibilidades de ação dos agentes sociais no espaço urbano, tendo como parâmetro as diferentes estratégias e práticas espaciais que podem, em determinados momentos, seguir interesses convergentes e, em outros, interesses divergentes. Há uma listagem dos diversos agentes sociais, o que, todavia, não esgota o assunto, mas aponta outras possibilidades de olhares.

*Lugar e centralidade em um contexto metropolitano*, de autoria de Angelo Serpa, é o quinto capítulo do livro. Nesse trabalho, o autor estabelece uma reflexão sobre os conceitos de lugar e de centralidade em uma conjuntura metropolitana. Margeando a discussão, há uma tentativa de enfatizar as relações entre agentes, escalas e conflitos como forma de conferir importância ao processo de produção do espaço, alicerçada num tempo material e simbólico. Para desenvolver a reflexão proposta, o autor parte do pressuposto de que todos os lugares são centros e fenômenos da experiência humana, portanto, a relação centro e periferia, por exemplo, dilui-se quando se busca explicar as desigualdades, mas não as diferenças. Entender o lugar é entender também o meio vivido. Se os centros das cidades hoje são centros de consumo, a periferia é centro da diversidade social e cultural no espaço metropolitano.

O capítulo de Glória da Anunciação Alves, cujo título é *A mobilidade/imobilidade na produ-*

*ção do espaço metropolitano*, visa a discutir como o processo de mobilidade urbana vem contribuindo para a produção do espaço urbano, de um lado, e reforçando, por outro, a segregação socioespacial. Tomando como parâmetro analítico a metrópole, a autora procura caracterizar as transformações pelas quais passam o espaço urbano e a sociedade, apondo para dois aspectos das cidades: a homogeneização elitista dos espaços e a pluralidade de lugares marcados por uma população de baixos recursos financeiros. Surge, assim, uma contradição da metrópole: grandes investimentos para a mobilidade de capitais e a imobilidade de uma parcela da população metropolitana, fruto da não continuidade territorial da ocupação.

O sétimo capítulo, intitulado *A produção do espaço urbano: escalas, diferenças e desigualdades sociais*, de Maria Encarnação Beltrão Sposito, busca explicar as articulações entre o aumento das relações econômicas que ocorrem no plano nacional e internacional e as consequências dessas relações nas dinâmicas da produção do espaço urbano e na (re) definição socioespacial, ou seja, o fim da ideia de cidade como unidade espacial. Para a autora, nada pode ser explicado tendo como circunscrição de análise apenas uma escala espacial, mesmo que se esteja referindo-se à escala internacional. Todo entendimento necessita de articulações entre as escalas espaciais e de relações, segundo os movimentos de ação, as dinâmicas do espaço e os processos sociais. O espaço não pode ser mais visto, essencialmente, a partir do que está localizado. As localizações se ampliaram e, hoje, acontecem em múltiplas escalas.

*A cidade, a palavra e o poder: práticas, imaginários e discursos heterônomos e autônomos na produção do espaço urbano* é o oitavo “olhar”, apresentado por Marcelo Lopes de Souza. De cunho essencialmente teórico, o autor procura desmistificar conceitos que são atribuídos a agentes produtores do espaço urbano frente à perspectiva do poder. Segundo o texto, ao ressignificar espaços, concomitantemente vão se ressignificando relações e grupos sociais, e o inverso também ocorre. Souza procura analisar conceitos e contextos de cunho pejorativo, cujo olhar é da minoria em relação à maioria. A expressão *espaços carentes*, por exemplo, define os espaços residenciais das populações menos favorecidas, sob uma

perspectiva do que lhes falta e não do que elas têm. Outro exemplo: *ausência de investimento adequado* significa depositar todas as esperanças em investimentos e ações do Estado ou em uma “parceria público-privada” que nem sempre se realizam. Conceitos significam e implicam.

O capítulo de número nove, *Mercados públicos: vestígios de um lugar*, texto elaborado por Silvana Maria Pintaudi, é deveras interessante por se propor a analisar a presença ainda marcante dos mercados públicos na cidade de Barcelona (Espanha). Os mercados públicos despontaram no cenário urbano como mais um elemento ordenador do espaço urbano durante o século XIX, todavia, remanesce em Barcelona um número considerável desse tipo de edifício em pleno século XXI – funcionam 41 mercados na cidade atualmente. A autora trabalha na perspectiva de conjecturar uma análise acerca de uma relação espaço-tempo que tenha contribuído para a permanência de espaços comerciais históricos frente às novas dimensões da vida social do consumidor, e não mais do comprador de objetos.

*Para compreender o “leviatã urbano” – a cidadania como nexo político-territorial* é o texto de Márcio Piñon de Oliveira, décimo capítulo do livro. Nesse trabalho, o autor procura construir o conceito de cidadania a partir das leis e do território em que o cidadão se encontra inserido. Considerando a ideia de que uma cidade é um conjunto de territórios, consequentemente, a cidadania não é única, mas formada também por diferentes cidadanias que se inter-relacionam e constituem o espaço da cidade, portanto, a cidadania só poderá ser entendida como uma prática historicamente construída e espacializada, circunscrita pelas leis do Estado que buscam estabelecer sua possibilidade de realização.

O último olhar desta obra é o texto de Arlete Moysés Rodrigues, *A matriz discursiva sobre o “meio ambiente”: produção do espaço urbano – agentes, escalas, conflitos*. A autora objetiva apontar questões e aspectos teórico-metodológicos sobre uma temática ampla, mas pertinente diante dos agressivos processos de urbanização que estão sofrendo as cidades brasileiras: o “meio ambiente”. Está instituída uma crise que desencadeia problemas ambientais, os quais, consequentemente, desdobram-se sobre o espaço da cidade. Não se trata, porém, de uma crise

do modo de produção, mas de uma crise provocada por ele. Em outras palavras, a crise ambiental decorre do sucesso do modo de produção, que, contraditoriamente, gera problemas sociais e ambientais.

Nos dias atuais, a produção do espaço urbano tem se caracterizado por relações, processos e ações, ocasionando uma relatividade ou até mesmo uma dificuldade de se estabelecer o que seja este espaço. Os agentes sociais, que podem ser entendidos como aqueles que são vistos como indivíduos, como as empresas, as parcerias público-privadas, as organizações sociais, culturais e econômicas, etc., agem diretamente na definição do que é espaço, entretanto, há várias formas de entender o espaço em razão das diversas escalas de lugares que são (re)estruturados. Para fundamentar a reflexão acerca dos caminhos possíveis de serem traçados para construir uma ideia de produção do espaço urbano, quanto mais complexas as divisões do trabalho, maior a diversificação e complexificação dos agentes e de suas ações.

Quanto à divisão do trabalho atual, há uma total superposição dos diversos níveis da divisão do mesmo, o que significa que as divisões do trabalho internacional, nacional e local se entrelaçam de maneira necessária e coerente, conforme a lógica da produção e do consumo. Essa situação redefine, de um lado, a própria divisão do trabalho e, de outro,

o espaço urbano, suas escalas de relações e ações e seus níveis organizacionais. Em outras palavras, tomando a perspectiva do lugar e de seus habitantes, a espacialidade se constrói a partir de articulações financeiras e socioculturais distantes e estranhas, mas que, de certa maneira, acabam se impondo à consciência daqueles que irão viver sob essa ação. Assim, as discussões presentes no livro buscam explicar a necessidade de reinterpretar e de reconhecer o espaço em suas divisões e recortes, desafiando-nos a exercer permanentemente a tarefa de atualização dos conceitos.

Entender todo esse processo torna-se crucial, tanto na interpretação do que a realidade é como no esforço de alterá-la. Sob esse aspecto, é concernente a leitura rigorosa e cuidadosa do livro. Foi muito pertinente e significativo os organizadores abrirem os estudos a partir de uma ótica histórica – o primeiro capítulo. O peso da História se faz ainda muito presente nas manifestações culturais, nas escalas social e espacial e, particularmente, nas dimensões “imateriais”: leis, normas, conjunturas que influenciam ainda hoje as relações sociais, jurídicas e culturais no Brasil. São diversos os exemplos em que subsiste essa “imaterialidade” do passado nas ações do presente. As ações, os agentes e as relações vivificam o espaço da cidade, assim como o transformam.